

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LEONARDO LUCIANO PINTO DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS  
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM UBERLÂNDIA-MG**

UBERLÂNDIA

2023

LEONARDO LUCIANO PINTO DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS  
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM UBERLÂNDIA-MG**

Artigo apresentado aos Cursos de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso, exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em História, sob orientação da Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

UBERLÂNDIA

2023

LEONARDO LUCIANO PINTO DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS  
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM UBERLÂNDIA-MG**

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (Orientadora)

---

Profa. Dra. Marta Emisia Jacinto Barbosa

---

Profa. Ma. Letícia Siabra da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha esposa, Juliana, que me incentivou e apoiou na retomada do meu curso. Sem a base familiar e sem seu apoio, nada disso seria possível.

Agradeço a meus pais, Mirian e Reginaldo, que me incentivaram, apoiaram e custearam todos os meus estudos sempre que necessário. O privilégio que me deram, espero retribuir aos meus filhos um dia.

Agradeço aos meus dois filhos, Luca e Olivia, que pouco ainda conhecem da vida acadêmica, mas, sem saber, fortalecem e geram energia para um pai de família voltar a estudar.

Agradeço a Professora Regina Ilka, que mais que uma orientadora, foi uma mentora, em toda parte final do meu curso. Foi um prazer e um privilégio trabalhar e desenvolver este trabalho com ela.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade,  
sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire.

# EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM UBERLÂNDIA-MG\*

Leonardo Luciano Pinto de Almeida\*\*

## Resumo

Este trabalho, intitulado Educação de Jovens Adultos durante a pandemia de Covid-19 em Uberlândia-MG, foi desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Licenciatura em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, com o intuito de analisar o contexto da EJA no período de 2020 a 2023. Desenvolvo uma reflexão sobre o contexto da EJA nos tempos atuais e sua relação com as orientações e normatizações estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Simultaneamente, busco um diálogo com trabalhos já desenvolvidos sobre o mesmo tema, para situar se o período da pandemia de COVID-19 vem impactando a rotina escolar de estudantes e professores de EJA na cidade de Uberlândia e outros lugares do país. As primeiras conclusões têm sido a de levantar uma espécie de alerta quanto à situação atual na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. As conquistas adquiridas por anos de lutas dos educadores, movimentos sociais, estudantes e instituições se veem ameaçadas pelo alto índice de abandono dos estudantes nas turmas de EJA no Brasil e na cidade de Uberlândia.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Estágio Supervisionado. Educação e Pandemia de Covid-19.

## Introdução

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através da educação que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode se tornar o chefe da mina, que uma criança de trabalhadores rurais pode se tornar o presidente de uma grande nação.

Nelson Mandela

---

\* Trabalho desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Licenciatura em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, sob a orientação da Professora Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

\*\* Licenciando. Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* leonardoluciano.pinto@ufu.br.

De acordo com as Normas para Elaboração e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Graduação em História – Grau Licenciatura, que admite diferentes modalidades para elaboração de TCC, este trabalho tem a forma de:

artigo acadêmico, de caráter teórico, envolvendo problematização de temática específica por meio de metodologia própria, análise de fontes e dados provenientes de pesquisa autoral do estudante e/ou projeto de extensão protagonizado pelo estudante e uso de bibliografia geral e específica adequada. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA..., 2020).

Este trabalho é fruto de um período de final de curso, mas não apenas isso, nem se restringe a apenas uma pequena parte da população chamada Academia ou Universidade. Ele procura expressar um período que influenciou muitas gerações de pessoas em nosso tempo e influenciará várias gerações futuras.

Para entender o processo que me levou a escrever este trabalho é fundamental que o leitor conheça um pouco da minha história. Ingressei na Universidade Federal de Uberlândia em 2001, no curso de Licenciatura e Bacharelado de História. Após cerca de três anos de curso, decidi abandoná-lo e seguir outra carreira profissional. Foi em 2018, após um ano politicamente conturbado no Brasil, e a percepção de uma polarização política e ideológica que pairava sobre grande parte da população, que senti a urgência de voltar a trabalhar com educação. Mesmo não trabalhando na área e estando fora da universidade por dezesseis anos, sempre tive a certeza de que somente a educação é capaz de produzir algum tipo de mudança pessoal e principalmente social em qualquer indivíduo.

As mudanças que a universidade sofreu nestes dezesseis anos são facilmente perceptíveis. Ao contrário do que se pensa popularmente, a universidade melhorou muito neste período. O sistema de cotas implementado no ano de 2012, por exemplo, serviu para trazer diversidade pouco encontrada na minha primeira experiência com a academia. Destaco também o preparo dos professores que encontrei. Todos com quem tive o prazer de ter aula são doutores e concursados.

Mas claro que muito ainda se tem a conquistar dentro da universidade. Da mesma forma que é nítida a mudança de 2001 para o ano de 2019, o período em que cursei História, de 2019 a 2023, também ficará marcado como um período de extrema dificuldade. Tanto pelos óbvios problemas da pandemia de Covid-19, quanto por problemas políticos que tivemos durante esse período.

Embora tenha proposto, para o artigo, a reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos, sempre aparecerá uma interseção entre Universidade e EJA durante o texto, porque separá-las não foi uma tarefa fácil.

Refiro-me, por exemplo, à difícil situação vivida pelos diferentes setores da educação no país ao longo da gestão de do presidente Jair Bolsonaro na presidência da República. Grande parte dessas dificuldades foi em razão da redução do orçamento para a área de educação em todos os níveis, Educação Básica e Ensino Superior.

Dentro da universidade, os cortes foram sentidos por estudantes, professores e servidores, a autonomia das universidades foi ameaçada e um processo de graduação conturbado se mostrava diante dos meus olhos. A Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, por exemplo, em seu boletim publicava, no ano de 2020, notícia a respeito dos cortes previstos para o orçamento do Ministério da Educação em 2021:

O Governo Bolsonaro reduziu em quase R\$ 5 bilhões o orçamento do Ministério da Educação para 2021. Dando prosseguimento ao projeto de desmonte da educação pública brasileira, o governo bloqueou R\$2,7 bilhões do MEC, que podem vir a ser liberados ao longo do ano a depender do limite do teto de gastos, e vetou outros R\$ 2.2 bilhões, que não serão mais distribuídos. O bloqueio não atinge o pagamento de salários, mas as despesas discricionárias.

Entregue pelo governo em agosto de 2020, a proposta orçamentária de Bolsonaro já trazia um corte de R \$4,2 bilhões em despesas discricionárias, uma redução de 18,2% no orçamento da educação em relação ao ano de 2020. Comparando a dotação inicial da LOA de 2020 à de 2021, houve um encolhimento no orçamento do MEC de, aproximadamente, R\$ 27 bilhões. (ADUNB, s/d.)

A situação foi vivida em todo o país e foi noticiada por grandes empresas de comunicação, como se pode ver abaixo em um trecho de notícia do Jornal O Globo:

Declaração de penúria feita pela UnB, UFRJ, UFF e UFRN, que estão sem dinheiro para pagar as contas de dezembro, mobiliza alunos bolsistas que preveem fim de ano de dificuldades. [...] (“INSUSTENTÁVEL”..., 6 dez. 2022.)

[...] A Universidade de Brasília (UnB) anunciou que está sem dinheiro para pagar as contas de dezembro. A reitoria informou que sofreu um novo corte em recursos do governo federal, que, agora, retirou do caixa da instituição mais R\$ 17 milhões. Os cortes, que já vinham acontecendo em sequência, desta vez deixarão paralisados os serviços do restaurante universitário, da segurança, de manutenção e limpeza. Também faltará dinheiro projetos de pesquisadores e para bolsas de estudantes, segundo a UnB. (“INSUSTENTÁVEL”..., 6 dez. 2022.)

Não bastasse todo o cenário político já citado, no meio de tudo isto fomos atingidos por uma Pandemia Global. Logo, a preocupação com os cortes na qualidade da



educação e o sucateamento da educação no Brasil foram substituídos pela simples realidade de que talvez não teríamos mais universidade para estudar.

Nos primeiros três meses do ano de 2020, a incerteza de saúde pública era tão grande que qualquer plano era mera conjectura. Como pai, tive que tomar a decisão se meus filhos continuariam na escola ou não. Como estudante, a incerteza era igualmente compatível. Tudo isso que relato ao leitor não é nenhuma novidade para quem passou pelo período. Todos os estudantes, de todos os níveis escolares, foram afetados. Da creche escolar à universidade, todos sofreram o impacto das mudanças bruscas em suas vidas e no seu cotidiano.

A EJA não foi exceção, sofreu bastante com o período e, no momento em que este artigo é escrito, ainda luta para se recuperar.

Sinto-me como um estudante de EJA e afirmo isso porque me refiro ao fato de ter voltado para universidade com a idade de 36 anos, e, agora, me formando aos 40 anos, vejo como as semelhanças são muitas. O fato de estudar no período noturno, ser pai de família e estar retornando aos estudos após um longo período serve para me aproximar um pouco da realidade e do dia a dia de um estudante de EJA. Não quero aqui comparar a realidade dos estudante com a minha. Os muitos acessos que tive em minha formação não podem ser colocados de lado nem esquecidos. Mesmo assim, o sentimento e a sintonia que experimentei durante a experiência de Estágio Supervisionado em uma turma de EJA foram muito importantes para mim. Mesmo tardio, porque apenas ao final do curso de licenciatura, pude experimentar esse sentimento de identificação com a realidade e as dificuldades, mas, principalmente, com a esperança e a perseverança dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

### **Legislação e Diretrizes Curriculares sobre a Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a pessoas que não tiveram acesso à educação na idade regular. A história da EJA no Brasil tem suas raízes no período colonial, quando a educação formal estava restrita às elites e às instituições religiosas.

Durante o período colonial, a educação era ministrada principalmente por jesuítas, que pregavam o cristianismo e ensinavam português aos indígenas e aos filhos dos colonizadores. No entanto, essa educação não era para todos e era restrita a um pequeno grupo, diferentemente dos dias atuais onde todos tem direito a educação, mas nem todos tem acesso à educação de qualidade.

No século XIX, com a independência do Brasil e a expansão do sistema educacional, começaram a surgir iniciativas para a educação de adultos. O ensino noturno foi introduzido para atender os trabalhadores que não podiam frequentar as escolas durante o dia. No entanto, essas iniciativas eram fragmentadas e não havia uma política educacional específica para a EJA.

Foi somente no século XX que a EJA começou a ser reconhecida como uma modalidade de ensino formal.

É preciso destacar a contribuição de Paulo Freire para a organização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Ainda nos anos 1950, Paulo Freire tomou contato com a educação de adultos e percebeu a necessidade de desenvolver um trabalho direcionado à alfabetização. Em 1961, enquanto diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife, realizou, junto com sua equipe, as primeiras experiências de alfabetização popular que levariam à constituição do Método Paulo Freire (BRANDÃO, 2006). Sua equipe foi responsável pela alfabetização de trezentos cortadores de cana em apenas quarenta e cinco dias, em Angicos (RN), e, entre junho de 1963 e março de 1964, foram desenvolvidos cursos de formação de educadores para alcançar diferentes estados brasileiros. Entretanto, com o golpe militar de 1964, Paulo Freire foi levado para a prisão e, após ser libertado, buscou exílio fora do país (BRANDÃO, 2006).

Durante o período da ditadura no Brasil (1964-1985), os governos militares redirecionaram a estratégia para reduzir o analfabetismo sob o argumento de atender às demandas de mão de obra para o desenvolvimento econômico do país.

A partir dos anos 1980, a EJA passou por diferentes reformulações e adaptações, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos na educação. Foram implementadas políticas de alfabetização de adultos, programas de aceleração de estudos e iniciativas de formação profissional.

Atualmente, Constituição Federal de 1988 estabelece a importância e garante a educação como um direito fundamental de todos e como um dever do Estado. A Educação é abordada em diversos artigos da Constituição, que é a lei máxima do país. No quadro abaixo, destaco alguns pontos relativos a estes diferentes artigos:

Quadro 1 – Seleção de artigos da Constituição Brasileira que versam sobre educação.

Artigo 6º	Este artigo trata dos direitos sociais e estabelece a educação como um direito de todos, garantindo o acesso à educação, à cultura e ao conhecimento.
-----------	---

Artigo 205	Estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.
Artigo 206	Destaca os princípios que devem nortear o ensino, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, entre outros.
Artigo 208	Determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurando a oferta de ensino fundamental e médio para todos.
Artigo 209	Reconhece a autonomia das instituições de ensino, permitindo a coexistência de instituições públicas e privadas, desde que atendam aos princípios da educação nacional.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1990).

Além desses artigos, existem aparatos que tratam do financiamento da educação, do papel dos profissionais da educação. A Constituição também prevê a criação de leis específicas que regulamentem o sistema educacional e garantam o cumprimento dos princípios constitucionais. Dessa forma, a legislação educacional brasileira é complementada por leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes gerais da educação no país.

Após a Constituição Federal, a EJA é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, uma lei federal que aborda diversos aspectos do sistema educacional, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). É a base para a regulamentação e implementação da EJA no Brasil, orientando as políticas públicas, as práticas pedagógicas e a organização dos sistemas de ensino em relação a essa modalidade. Ela busca garantir a oferta de oportunidades educacionais para que essas pessoas possam adquirir conhecimentos e habilidades necessários para sua inserção na sociedade.

Em seu artigo 37, a LDB estabelece: 1) que a educação de jovens e adultos deve ser destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade regular; 2) a EJA deve respeitar as características dos educandos, suas condições de vida, de trabalho e as diferentes formas de aprendizagem; 3) deve ser articulada com a educação profissional, visando à qualificação e à inserção no mercado de trabalho.

Aborda aspectos como a oferta gratuita da EJA na rede pública de ensino, a equivalência de estudos e diplomas, a flexibilização dos currículos, a valorização dos profissionais que atuam na EJA, entre outros temas relacionados. Estabelecer que os currículos devem ser flexíveis significa a necessária adaptação dos estudos às reais condições de vida dos estudantes adultos.

Ao mesmo tempo, a LDB também ressalta a importância de promover a formação continuada dos profissionais que atuam na EJA, visando à qualidade do ensino oferecido.

É importante mencionar um dispositivo normativo que é o desdobramento da LDB para a organização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000). As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram estabelecidas por meio da Resolução CNE/CEB nº 1/2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e são direcionadas para a organização curricular e pedagógica dessa modalidade de ensino. As DCN têm o objetivo de nortear as práticas educacionais na EJA em todo o país, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, com o intuito de assegurar a qualidade e a efetividade do processo de aprendizagem dos estudantes adultos.

Essas diretrizes buscam orientar as escolas e os sistemas de ensino na elaboração e implementação de currículos e propostas pedagógicas que atendam às necessidades e às características dos estudantes adultos, considerando especificidades e demandas.

No Quadro, 2, abaixo, elenco os principais pontos abordados pelas DCN para a EJA:

Quadro 2 – Seleção de pontos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

1	Flexibilização curricular:	As DCN reconhecem a importância de flexibilizar os currículos da EJA para atender às demandas e às especificidades dos estudantes adultos, levando em consideração suas experiências de vida e de trabalho.
2	Reconhecimento de saberes prévios:	As DCN valorizam os conhecimentos e as experiências dos estudantes adultos, buscando estabelecer uma relação de diálogo entre esses saberes e os conteúdos escolares, de forma a enriquecer o processo de aprendizagem.
3	Integração com a educação profissional:	As DCN incentivam a integração entre a EJA e a educação profissional, visando à qualificação e à inserção dos estudantes no mercado de trabalho.
4	Acompanhamento pedagógico:	As DCN ressaltam a importância do acompanhamento pedagógico individualizado, buscando identificar as

	necessidades e as dificuldades dos estudantes adultos, a fim de oferecer suporte e apoio adequados.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000).

As DCN para a EJA são um instrumento importante para orientar a prática educativa, enquanto dispositivo normativo para a promoção de uma educação inclusiva, significativa e contextualizada para os estudantes adultos. A principal preocupação deste artigo é chamar a atenção para a possibilidade de perdermos estes direitos já adquiridos ou o enfraquecimento do ensino na EJA no país se amplie de tal forma que esses direitos deixem de ser relevantes.

### **Pandemia e Educação**

Durante a pandemia da Covid-19, as escolas em todo o país tiveram que adotar medidas de distanciamento social e suspender as aulas presenciais. Muitas instituições migraram para o ensino remoto, utilizando plataformas *online* e recursos digitais para continuar o processo educacional. No entanto, essa transição apresentou desafios significativos para todos os professores e inúmeros estudantes, especialmente aqueles de famílias de baixa renda ou que não tinham acesso adequado à internet e dispositivos tecnológicos.

Essas dificuldades podem ter contribuído para o aumento da evasão escolar durante a pandemia. Estudantes que enfrentaram dificuldades em acompanhar as aulas *online* ou que tiveram que trabalhar para ajudar suas famílias podem ter abandonado a escola. Além disso, a falta de interação social e o impacto psicológico causado pela pandemia também podem ter influenciado negativamente na permanência dos estudantes na escola.

É importante ressaltar que a evasão escolar já era um desafio antes da pandemia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2019, cerca de 10% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estavam fora da escola. Com os efeitos da pandemia, é possível que esse número tenha aumentado (PNAD..., 2020).

No contexto escolar vivido na pandemia, preciso retornar a todo período de estágio que obtive durante a Universidade.

Dentro do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Uberlândia, o Estágio Supervisionado é dividido em 4 etapas: duas primeiras de

observação, respectivamente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e duas últimas etapas de regência, quando o estagiário deve ministrar aulas. Nas três primeiras etapas, o Estágio se desenvolver na modalidade regular de ensino e, na última etapa, é facultado ao licenciando desenvolver seu Estágio em outras modalidades de ensino, como a Educação do Campo, a Educação Especial ou a Educação de Jovens e Adultos. Todas estas etapas se desenvolvem em escolas públicas.

A minha primeira etapa se deu no começo do ano de 2022. Minha experiência, e acredito que de boa parte dos estudantes, foi bastante conturbada. Após meses de ensino remoto durante a pandemia, as aulas nas escolas acabavam de retornar ao modo presencial, mas a UFU, por sua vez, ainda se mantinha com o ensino remoto. Por esta razão, a experiência de observação *in loco*, o contato direto com os professores, com os estudantes, com o espaço escolar não foi possível, tornando muito frustrante a experiência que tivemos.

A aula presencial proporciona a oportunidade de desenvolver habilidades socioemocionais, tais como a comunicação interpessoal, a colaboração, o respeito mútuo e a empatia (FREIRE, 2000). Essas competências são essenciais para a formação dos estudantes, preparando-os não apenas para o mundo acadêmico, mas também para a vida em sociedade. A interação direta entre professor e estudantes na sala de aula também permite ao educador identificar as necessidades individuais dos estudantes, adaptando suas abordagens e estratégias de ensino para atender às suas particularidades. A proximidade física e emocional possibilita ao professor acompanhar de perto o desenvolvimento dos estudantes, e assim, oferecer suporte e estimulá-los a alcançar seu potencial máximo.

Foi a partir da segunda etapa de Estágio Supervisionado que passamos a interagir com o ambiente escolar: seus espaços, a sala de aula, os estudantes e todo corpo docente.

Já nas primeiras aulas acompanhadas durante o Estágio Supervisionado na escola, sofremos um baque: a transformação que a pandemia trouxe a este ambiente foi quase palpável. O período longe da escola, em conjunto com o isolamento vivido por todos, somado às pressões habitualmente vividas pelos estudantes, trouxeram de volta à escola uma enormidade de problemas sociais, psicológicos e educacionais.

Estudantes de 7º ano Ensino Fundamental com dificuldades para ler e escrever são um exemplo do que os professores tiveram que experimentar na volta às aulas presenciais. Certa ocasião, em um dos meus estágios, a professora supervisora teve que se adaptar à realidade de que boa parte da sala tinha dificuldade de leitura. Logo nas

primeiras aulas, observando a dificuldade, ela teve que adaptar o formato das suas aulas. A adoção das linguagens do cinema, da música, do teatro foi uma forma encontrada pela professora de adaptar seu planejamento didático para que os estudantes pudessem aprender e mesmo compreender o conteúdo ministrado.

Nas turmas de Ensino Médio, o cenário também não foi muito diferente. Estudantes com crises de ansiedade, depressão e outros transtornos emocionais não eram incomuns no ambiente escolar. Novamente, os professores tiveram que se adaptar à realidade imposta. Em conversa com a professora supervisora desta etapa do Estágio Supervisionado, ela me relatou que as crises com estudantes se tornaram tão comuns que, dentro do que era possível, ela passou a dedicar tempo de seu trabalho para a escuta e o aconselhamento aos estudantes; e, não poucas vezes, precisou recorrer à direção da escola quando percebia que os casos necessitavam de acompanhamento médico.

Esses relatos valem para contextualizar os desafios que vivemos na pandemia, e o impacto que os estudantes sofreram, que eu, como aprendiz, pude presenciar.

Não raras vezes, fomos alertados do problema pelas notícias, como se vê em trecho citado abaixo:

Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF.

Pesquisa realizada pelo Ipec com pessoas de 11 a 19 anos que estudam em escolas públicas, ou que não estão na escola e não completaram a educação básica aponta trabalho infantil e dificuldades de aprendizagem como os principais motivos da evasão escolar

Entre os estudantes que estão na escola, a evasão é um risco real. Segundo a pesquisa, nos últimos três meses, 21% dos estudantes de 11 a 19 anos de escolas públicas pensaram em desistir da escola. Entre os principais motivos, está o fato de não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades passadas pelos professores – item citado por 50% dos que pensaram em desistir.

No total, 11% dos entrevistados não estão frequentando a escola, sendo que, na classe AB, o percentual é de 4%, enquanto, na classe DE, chega a 17% – ou seja, é quatro vezes maior. (DOIS..., 2022).

Os dados levantados pela pesquisa feita pelo IPEC<sup>1</sup> a pedido da UNICEF<sup>2</sup> indicam como a evasão escolar é um problema real, grave e imediato.

E mais: os impactos sofridos por todos os estudantes na pandemia se amplificam entre os estudantes de baixa renda.

---

<sup>1</sup> IPEC: Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, instituto brasileiro de pesquisa de mercado e opinião fundado em janeiro de 2021.

<sup>2</sup> UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância, agência das Nações Unidas.

Para os estudantes de baixa renda, a realidade ainda se mostrou mais desafiadora, para não dizer *insustentável*, durante a pandemia, diante de problemas como acesso à internet e local apropriado para estudo, visto que muitos destes estudantes não possuem um quarto próprio ou lugar isolado para estudar. Muitos estudantes precisaram utilizar o celular dos pais para poder acessar às aulas, quando isso foi possível, e muitos simplesmente não tiveram como continuar os estudos.

Tudo isso revelou e aprofundou, de forma mais gritante, a desigualdade social no país. Quando levanto a reflexão de que os efeitos da pandemia serão sentidos por várias gerações, um dos pontos que destaco é justamente esse. Por melhores que sejam as intenções com a implementação de políticas públicas que busquem amenizar os problemas sofridos com a pandemia, há uma geração de estudantes que já vinham sofrendo com disputas impostas pelo sistema capitalista e, agora, passam por uma realidade muito mais aterrorizadora, com a desigualdade acentuada.

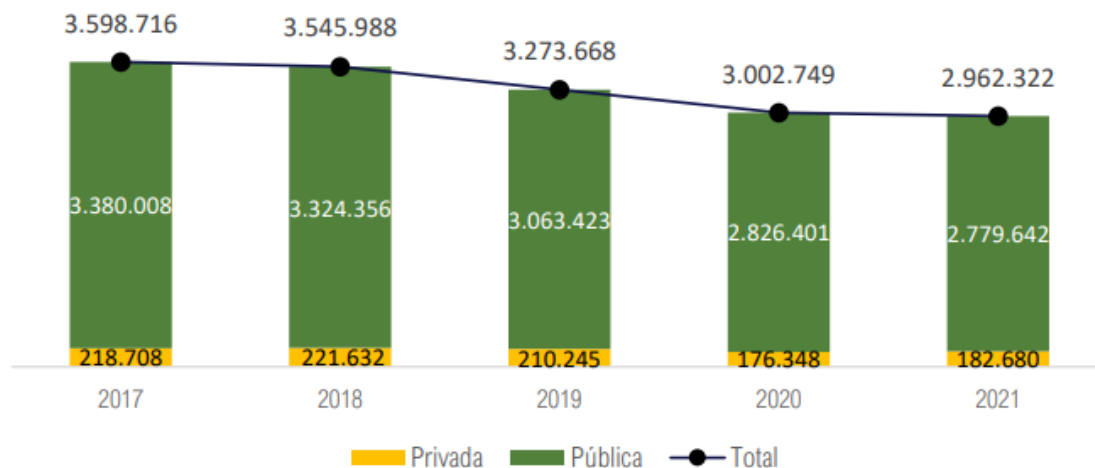
Na Educação de Jovens e Adultos, a pandemia de Covid-19 teve um impacto ainda mais significativo.

Com as medidas de distanciamento social e o fechamento das escolas, a forma como a EJA é ministrada teve que passar por suas próprias adaptações e seus próprios desafios. A EJA costuma atender a um público diversificado, com diferentes níveis de escolaridade, idades e experiências de vida, e requer abordagens pedagógicas flexíveis e adaptadas às necessidades individuais dos estudantes.

Durante a pandemia, assim como no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, muitas instituições de ensino precisaram adotar o ensino remoto ou híbrido como alternativas para garantir a continuidade da aprendizagem dos estudantes da EJA. Mas esse esforço talvez não tenha sido suficiente para resolver o problema da permanência do estudante de EJA na escola. O gráfico abaixo, produzido com dados levantados pelo Censo Escolar de 2021, demonstra o decréscimo no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Brasil entre os anos de 2017 e 2021:

Gráfico 1 – Evolução de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)  
Brasil 2017-2021





Fonte: Brasil, 2022, p. 26.

A transição para o ensino remoto ou híbrido trouxe o desafio adicional de garantir a inclusão e o engajamento de todos os estudantes, levando em consideração suas características e contextos específicos. No entanto, essa transição para o ensino remoto apresentou desafios adicionais para os estudantes adultos, tais como: acesso limitado à internet, falta de dispositivos eletrônicos adequados e a dificuldades de adaptação às tecnologias digitais.

A falta de interação presencial também impactou a construção conhecimento, que é um aspecto fundamental da EJA. A troca de experiências, o diálogo e a construção conjunta do conhecimento podem ter sido prejudicados devido à distância física e às limitações das plataformas virtuais.

### **Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia**

Minha experiência de Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos se deu na Escola de Educação Básica (ESEBA), da Universidade Federal de Uberlândia ESEBA. A escola foi fundada em 1977, antes mesmo da federalização da Universidade de Uberlândia. Até o ano de 1988, tinha a estrutura de uma escola de benefício e, a partir de então tornou-se uma escola pública.

Mesmo vivendo há mais de trinta e quatro anos na cidade de Uberlândia, e, embora escutando muito sobre suas características, eu ainda não havia tido a oportunidade de conhecer a escola, que é procurada por muitas pessoas da cidade para matricular seus filhos, em razão de ter se tornado um exemplo na qualidade de ensino.

Para a quarta etapa de meu Estágio Supervisionado foi planejado com a turma que ministrássemos regência na EJA, entre os meses de fevereiro e junho de 2023. A princípio, tive um pouco de receio pelo pouco conhecimento que possuía da modalidade, até então. Mas logo que entrei em contato com o professor da ESEBA, esses receios ficaram para trás. Além de ser recebido de forma muito cortês e amigável, a perspectiva de estagiar na Escola me trouxe uma grande expectativa. Aprovado o Termo de Compromisso de Estágio tanto pela Escola quanto pela UFU, fui começar meu estágio.

Logo na primeira aula que acompanhei na escola, a surpresa. Apenas duas alunas compareceram à aula. Acompanhei a aula, mas durante todo o período em que estive na escola, a dúvida que pairava em minha cabeça não dava trégua. Como era possível tão poucos estudantes matriculados em uma turma? Será que aquele era um fenômeno isolado da escola? Quem sabe o problema seria a chuva que caía no dia? Ou, pior: o fenômeno possuía uma proporção nacional?

Ao compartilhar experiências da primeira aula de estágio com meus colegas na UFU que também acompanhavam turmas de EJA, obtive relatos bem parecidos: salas de aula com pouquíssimos estudantes e nível de frequência absurdamente baixos. Novamente, comprovando que os problemas sociais são fatores que impedem ou dificultam a formação de estudantes de EJA, mesmo existindo vagas e profissionais com boa formação.

Os estudantes da EJA geralmente têm uma rotina diária que inclui trabalho, estudo e outras responsabilidades. Como a EJA é destinada a pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio na idade regular, muitos dos estudantes são adultos que também precisam trabalhar para sustentar suas famílias ou cumprir outras obrigações. Abaixo, apresento um exemplo de uma rotina diária de uma estudante da EJA que trabalha:

Quadro 3 – Rotina diária de uma estudante da EJA.

Hora	Atividade diária
06:00	Despertar e se preparar para o trabalho
07:00	Início do expediente de trabalho
12:00	Intervalo para o almoço
13:00	Retorno ao trabalho
17:00	Fim do expediente de trabalho
18:00	Locomoção para escola
19:00	Início das aulas na EJA
22:00	Fim das aulas

22:30	Tempo para estudos, revisão de lições ou trabalhos escolares
-------	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base em conversa informal com estudante de uma turma de EJA (2023).

A rotina diária de um estudante da EJA, que normalmente trabalha fora, pode variar dependendo de seu horário de trabalho e das atividades extracurriculares. No entanto, geralmente, eles precisam conciliar suas obrigações profissionais com o tempo dedicado aos estudos.

No município de Uberlândia, as pessoas que desejam retomar seus estudos na EJA podem se dirigir a escolas públicas como a ESEBA e as escolas municipais ou estaduais. Além da ESEBA, são ofertadas vagas para a Educação de Jovens e Adultos em escolas da rede municipal e da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

De acordo com a Secretaria de Educação do Município de Uberlândia, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos que contempla do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental é realizada em treze escolas da rede municipal atualmente (UBERLÂNDIA, s/d.). No ano de 2015, foram registrados 905 estudantes matriculados em Uberlândia na EJA, de acordo com Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA).

Na rede estadual, contudo, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais reduziu o número de escolas e conseqüentemente o número de vagas para EJA no ano de 2019, de acordo com informação noticiada pelo Jornal Diário de Uberlândia:

O número de escolas estaduais com turmas novas de Educação de Jovens Adultos (EJA) caiu para menos da metade no segundo semestre de 2019, se comparado ao que era oferecido no início do ano. De acordo com professores e pessoas ligadas a esse tipo de ensino oferecido na rede estadual, a situação não só dificulta a vida dos alunos que podem recorrer ao EJA, como ainda diminui vagas de trabalho. Além disso, o critério para escolha das escolas que puderam abrir turmas é considerado obscuro.

Até o primeiro semestre, 22 escolas e três anexos mantinham o EJA em Uberlândia. Muitas delas, com mais de uma turma para o ensino médio. Agora, o Estado autorizou que 10 escolas abrissem 11 turmas do ensino, com um total de 350 alunos sendo atendidos. (LEMOS, 2019).

Ainda não há pesquisa efetiva para o ano de 2023, mas, com base na observação dos números apresentados até o ano de 2021, e com a severidade que a pandemia de Covid-19 afetou a educação, a tendência de queda certamente se manterá.

### **Considerações Finais**

A inquietude que vive na mente e na alma de um professor não pode ser apagada. Talvez para uma pessoa que não viva o ambiente escolar, e não esteja diretamente ligada

ao setor, um trabalho como este não desperte interesse. Mas, para aqueles que vivem o processo educacional e todos que, mesmo não participando diretamente, acreditam que a educação é, talvez, um caminho no enfrentamento das desigualdades sociais, é preciso dar a devida importância ao fato. Observar o quadro que vivemos no Brasil dentro do sistema educacional nos últimos anos liga um alerta que deve incomodar toda a população, exige atenção quanto a projetos e iniciativas de desmonte da educação pública.

É válido mencionar que, simultaneamente à crise da EJA nas escolas em plena pandemia, foi implementado o “Novo Ensino Médio”. Uma proposta aprovada em 2017 que foi implementada de forma abrupta nas escolas quando da volta as aulas após os meses de ensino remoto e ensino híbrido no contexto da pandemia de Covid-19. A proposta é de tornar o ensino mais técnico e profissionalizante, levando os estudantes ao mercado de trabalho mais cedo e, ao fim, tirando vários estudantes da Universidade.

Ao que se tem visto, as características do “Novo Ensino Médio” terminam por reforçar o projeto de desconstrução da EJA. Porque o interesse do mercado de trabalho em profissionais de idade avançada não é tão apelativo quanto ao de jovens estudantes do Ensino Médio regular.

Já é sabido que a pandemia acelerou o processo digital, tanto no mercado de trabalho quanto nas instituições de ensino, como se vê em notícia veiculada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o Censo da Educação Superior de 2021:

#### **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

##### **Ensino a distância cresce 474% em uma década.**

Dados do Censo da Educação Superior 2021 revelam a expansão da modalidade.

“Entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de educação a distância (EaD), aumentou 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. Se, em 2011, os ingressos por meio de EaD correspondiam a 18,4% do total, em 2021, esse percentual chegou a 62,8%. Os dados, que refletem a expansão do ensino a distância no Brasil, fazem parte dos resultados do Censo da Educação Superior 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC), em coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira, 4 de novembro.

A série histórica da pesquisa indica, ainda, que as duas pontas da ferradura – ensino presencial e a distância – tendem a se afastar cada vez mais. Entre 2020 e 2021, o aumento de ingressantes nos cursos superiores foi ocasionado, exclusivamente, pela oferta de EaD na rede privada. Nesse período, a modalidade teve um acréscimo de 23,3% (24,2% em instituições privadas), enquanto o ingresso em graduações presenciais reduziu 16,5%. O comparativo confirma a tendência de crescimento do número de ingressantes em EaD ultrapassou o de estudantes que iniciaram a graduação presencial, no caso das instituições privadas. Nessa rede de ensino, 70,5% dos estudantes, em 2021, ingressaram por meio de cursos remotos.

O censo de 2021 registrou 2.574 instituições de educação superior. Dessas, 87,68% (2.261) eram privadas e 12,2% (313), públicas. Nesse contexto, a rede privada ofertou 96,4% das vagas. Já a rede pública foi responsável por 3,6% das ofertas. O número de matrículas também seguiu a tendência de crescimento dos últimos anos e chegou a mais de 8,9 milhões. As instituições privadas concentraram a maioria dos matriculados: 76,9%. Já as públicas registraram 23,1% deles — entre 2011 e 2021, o percentual de estudantes matriculados na educação superior aumentou 32,8%, o que corresponde a uma média de 2,9% ao ano. (CENSO..., 2022).

Vale lembrar que os números apresentados são de 2021, e mesmo ainda não possuindo números atualizados desde o último censo, é nítido o crescimento do ensino a distância pós pandemia. O corte nas universidades, os ataques ideológicos a professores, portanto, por essa linha, não são aleatórios. O distanciamento entre estudante e professor, a mudança do ensino que se torna mais técnico e menos crítico a cada ano, o descaso com o real aprendizado dos estudantes de classe social econômica mais baixa são fatores que acendem este alerta já citado e geram uma inquietação.

Sendo assim, torna-se urgente a retomada da discussão educacional no país. Conquistas estabelecidas em lei parecem estar se perdendo ao passar dos anos. Sem o devido incentivo, a promoção, a divulgação e o apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA), o enfraquecimento e a diminuição desta modalidade de ensino se tornará tão grande que logo poderá se tornar apenas memória. Obviamente que nada acontece da noite para o dia, todos os acontecimentos descritos no trabalho vêm acontecendo há algum tempo e não estão perto de perder força.

Fica aqui a esperança, de um futuro profissional da área, de que as conquistas obtidas pelos sujeitos envolvidos no trabalho educacional não se desmanchem no tempo, e que o muito que ainda há para ser conquistado não perca a importância perante a população e os governantes.

## Referências

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Educação é a área mais atingida pelos cortes de Bolsonaro**. s/d. Disponível em: <https://adunb.org/conteudo/1520/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes-de-bolsonaro>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2021**. Divulgação dos resultados. Brasília: INEP, 31 jan. 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2021/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf) . Acesso em: 15 jun. 2023.

CENSO da Educação Superior. Ensino a distância cresce 474% em uma década. **INEP**, Brasília, 4 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada#:~:text=Em%202021%2C%20foram%20mais%20de,queda%20de%208%2C3%25> . Acesso em: 15 jun. 2023.

DOIS milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. **UNICEF Brasil**. Brasília: UNICEF, 15 set. 2022. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil\\_](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil_) . Acesso em: 15 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

“INSUSTENTÁVEL”: grandes universidades do país se pronunciam sobre cortes do governo Bolsonaro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/12/grave-e-insustentavel-grandes-universidades-do-pais-se-pronunciam-sobre-cortes-do-governo-bolsonaro.ghtml> . Acesso em: 15 jun. 2023.

LEMOS, Vinícius. Estado reduz turmas do EJA em escolas de Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, Uberlândia, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/22141/estado-reduz-turmas-do-eja-em-escolas-de-uberlandia> . Acesso em: 15 jun. 2023.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> . Acesso em: 15 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Secretaria de Educação. **Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/eja-educacao-de-jovens-adultos> Uberlândia: PMU, s/d. Acesso em: 15 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Colegiado dos Cursos de Graduação em História. **Resolução nº 8/2020, de 17 de novembro de 2020**. Estabelece Normas para Elaboração e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Graduação em História. Grau Licenciatura (Currículos 5000371LM e 5000371LN). Uberlândia: Colegiado do Curso de Graduação em História, 2020.